ENSAIO

ROBERTO RODRIGUES

Noves fora, um

O objetivo deste artigo lúdico é tratar numerologicamente a história recente dos principais problemas da agricultura brasileira e suas soluções, apontando para uma demanda prioritária da classe rural e do agronegócio.

Três fatores quase simultâneos afetaram o desempenho e a renda no campo:

• A falência das políticas públicas – desde meados da década de 80, quando foi extinto o subsídio ao crédito, veio sendo sucateado o instrumental de políticas agrícolas. Naquela época, o governo prometeu substituir o subsídio – que era eventualmente mal usado –, por uma política de renda rural via preços adequados. Não cumpriu. Como também não cumpriu outras tantas promessas, destruindo a credibilidade do Proagro, da política de garantia de preços mínimos – PGPM e do Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA, entre outros. É bem verdade que neste ano agrícola o Ministério da Agricultura preparou um plano bem melhor que nos anos anteriores. Mas falta muito para recuperar o apoio que o governo dava ao campo no início dos anos 80.

• Os sucessivos planos de estabilização da economia, desde o Cruzado até o Real que, à exceção do Bresser, sempre aconteceram entre o plantio e a colheita das safras de verão do Centro-Sul, descasando índices e destruindo a renda dos agricultores e suas cooperativas. Só o tombo do Plano Collor, que massacrou grandes entidades como a Cooperativa Central Agrícola de Cotia e a Sul Brasil, além de milhares de agricultores de todos os cantos – agora reconhecido pela Justiça – foi uma brutal agressão. As perdas do Plano Real também foram imensas: endividamento, perda do valor patrimonial, queda de preços e elevação dos juros provocaram desastre só comparável ao da crise de 1929.

• A globalização da economia, uma guerra sem quartel por mercado, cuja característica é a necessidade de produzir qualquer coisa com a melhor qualidade pelo menor preço e de acordo com o poder aquisitivo dos consumidores de todo o planeta.

Foi uma tríplice trombada: os agricultores brasileiros dormiram, no começo da década de 90, em uma economia fechada, com certo grau de proteção e inflação alta e, um belo dia, acordaram com um país escancarado, inflação de primeiro mundo e sem subsídio. E ainda pior: descapitalizados, endividados, expostos à concorrência com produtos importados subsidiados na origem e/ou comprados com prazos longos e juros baixos.

Só uma boa representação política *nos garantirá as reformas indispensáveis. Já foi o tempo em que não nos lembrávamos em quem votamos nas últimas eleições. Não dá mais para votar no candidato do primo do vizinho do cunhado do dono do cachorro.*

Duas grandes conseqüências se seguiram a este cenário de colisão: de um lado, milhares de produtores e trabalhadores rurais perderam empregos e tudo o que tinham. Erros da política econômica para o campo provocaram uma crise social verdadeira que, bem trabalhada, se transformou em problema político, traduzido pela falácia da reforma agrária. Fala-se em 2 milhões de desempregados no campo nos últimos seis anos. Como conseqüência, empobreceram-se ou quebraram muitas organizações de classe dos agricultores. De outro lado, aqueles que resistiram e continuaram na atividade tiveram que adaptar-se para competir, buscando a máxima eficiência, incorporando tecnologia, reduzindo custos, aumentando a qualidade e a produtividade.

Por tudo isso, profundas mudanças ocorreram e ainda estão acontecendo nas fazendas brasileiras. A mais visível, a ponta do *iceberg*, são as mudanças tecnológicas: equipamentos e máquinas novas, insumos modernos, sementes modificadas e novas práticas culturais (plantio direto, agricultura de precisão) que vão sendo rapidamente incorporados.

Mas outras mudanças, mais sutis e mais sérias, estão acontecendo nas áreas da gerência financeira e comercial, nas relações de trabalho, na atenção com o meio ambiente, tributos etc.

Isso está acontecendo espontaneamente, sem um projeto adequado, sem plano estratégico para o setor, sem a definição de modelos nem compromisso da sociedade em geral. Como superar essas questões, considerando que só uma agricultura articulada e forte pode carimbar o passaporte do Brasil para o Primeiro Mundo?

E agora?

Dois grupos de ações precisam ser desenvolvidos:

• A organização do setor privado – A idéia da reorganização institucional da agricultura sob a égide do agribusiness passa pela mudança do modelo agrícola brasileiro. Com a modernização referida no item anterior, cresce a produtividade agrícola, aumenta a oferta de produtos e, portanto, cai o preço.

Esta é uma regra universal de economia rural: quem se apropria da renda gerada pelo

aumento da produtividade é o consumidor, e não o produtor, dada a redução do preço dos produtos. É claro que os produtores que chegarem antes dos demais a maiores níveis de produtividade (os chamados *early birds*) ganham dinheiro por algum tempo, uma vez que preço médio é função de produtividade média. Mas quando todos incorporam as novas tecnologias, ninguém mais ganha. Aí chega a hora de mudar o modelo, hora que está chegando no Brasil: é preciso agregar valor à produção, verticalizar e integrar atividades dentro das cadeias produtivas.

O nosso problema é que a cultura corporativa nacional faz com que cada elo da cadeia pense em si apenas e não no conjunto. E pior, faz o elo mais fraco e desorganizado pagar mais caro pelo lucro dos demais. Em nosso caso, o elo fundamental, que é o agricultor, do qual dependem todos os demais, é também o mais desorganizado e acaba punindo por isso: paga o preço da desorganização, tendo sua renda reduzida no conjunto, o que não é aceitável. Para evitá-lo, é preciso reorganizar todo o sistema cooperativo rural (e o Recoop é boa receita para tanto) e fortalecer o braço político do sindicalismo e do associativismo.

Mas o novo modelo é inevitável e deve ser construído através das alianças estratégicas com outros setores econômicos e sociais e com o próprio governo.

• A reformulação das políticas públicas, principalmente as macroeconômicas – Não se procura nenhum tipo de privilégio, mas apenas igualdade de condições para competir com os concorrentes dos outros países. Os mercados agrícolas não são limpos, estão sempre perturbados pela ação protecionista de governos primeiro-mundistas. Os fazendeiros brasileiros são competitivos em suas propriedades, mas perdem eficiência por causa dos juros e impostos que pagam, pelo sucateamento de infra-estruturas, pelo desperdício e pela política comercial facilitadora da importação (além, é claro, da famosa defasagem cambial).

O custo Brasil que afeta toda a economia é o nosso grande inimigo. Além disso, legislações superadas ou casuísticas – ou até ideologicamente comprometidas e preconceituosas – são inibidoras de competitividade, como é o caso da trabalhista, da ambiental, da classificação e padronização dos produtos agrícolas, da armazenagem, além de regulamentos ligados à área dos papéis para comercialização e financiamento de safras, seguro, previdência para o campo, entre outras centenas de instrumentos normativos.

De nada adiantará uma bela organização privada se as políticas públicas continuarem obsoletas. De nada adiantará um belo instrumental legal se o setor privado não for bem articulado, até mesmo com pesados investimentos na formação de recursos humanos para todos os níveis do agribusiness, em especial de seus negociadores, na acepção da palavra.

E quando tivermos as duas áreas organizadas, saberemos onde desaguarão as correntes que hoje se cruzam, sem rumo certo, no confuso caudal do agronegócio brasileiro.

O que se pode prever

Três prováveis grandes grupos de empresas no Brasil rural do futuro:

• A empresa de agribusiness, com área extensa de terra integrada a uma agroindústria. Serão empresas economicamente poderosas, profissionalizadas e terão ações negociadas em bolsas.

• A propriedade rural de subsistência, em geral muito pequena, que não produzirá renda a seu dono, cada vez mais esmagada pela redução das margens unitárias e pela falta de capital para atualizar a tecnologia ou mudar para atividade de maior valor agregado. Este setor precisará de subsídio explícito, durante duas gerações, como vêm fazendo os países desenvolvidos. Será o setor social da agricultura.

• A empresa familiar, não confundida com agricultura familiar, será a empresa de qualquer tamanho gerida pela família, profissionalmente. Não será apenas familiar a mão-de-obra, mas a condução dos negócios será da família, através de seus representantes mais treinados.

Tanto o segundo quanto o terceiro grupo deverão se organizar através de associações e cooperativas, em busca da agregação de valor e do acesso a informações confiáveis.

Dez por cento é a participação aproximada do PIB agrícola sobre o total do PIB nacional. Quatro vezes dez é a participação do agribusiness no PIB brasileiro. É, sem dúvida, o setor mais importante da economia nacional, inclusive do ponto de vista de geração de empregos e da balança comercial. Em 1997 tivemos um déficit de cerca de US$9 bilhões nesta balança, enquanto o agribusiness deu um superávit de US$11 bilhões, *grosso modo*. Ou seja, além dos importantes 40% do PIB, salvamos o país economicamente.

Qual é o percentual do agribusiness em nossa representação política? Evidentemente muito inferior a esses 40%. E aí se explica em boa parte o porquê da falência das políticas agrícolas e o estado de abandono do setor rural. As ações que o governo hoje desencadeia em favor do campo (securitização, Pronaf, Recoop etc.) são o resultado da pressão de um punhado de bravos parlamentares que têm defendido a agricultura com unhas e dentes em um ambiente muitas vezes hostil a eles. E, embora estas ações sejam postas em prática sobre as conseqüências de erros da política econômica cometidos no passado – e não sobre as causas de nossos problemas principais –, elas são a prova de que um *lobby* bem organizado é capaz de reverter um quadro negativo e mitigar as perdas do setor. Por isso, deve-se priorizar o incremento de tal *lobby*.

Perspectivas concretas

Um é o resultado da prova dos nove sobre a parcela do PIB agrícola (10%). Sua presença aqui é, repito, apenas lúdica, mas tem um sentido objetivo: definir a prioridade da ação política dos agricultores brasileiros neste ano de 1998, um ano de eleições, em que votaremos em candidatos às assembléias legislativas estaduais, à Câmara Federal, ao Senado, aos governos estaduais e à presidência da República.

A grande prioridade agora é eleger, pelo menos para o Congresso Nacional, palco principal das grandes reformas legislativas tão necessárias, um grupo de parlamentares comprometidos com os legítimos interesses do campo e do agribusiness que são, naturalmente, os mais legítimos interesses de toda a sociedade brasileira.

Seria fantástico se pudéssemos eleger três ou quatro deputados federais em cada estado, formalmente identificados com uma plataforma previamente estabelecida.

O Fórum Nacional da Agri-

cultura, no final dos seus trabalhos, já determinou essa plataforma. Após um ano e meio de discussões pelo país afora dos 35 grupos temáticos do Fórum, em que todas as cadeias produtivas estão representadas, definiu-se uma extraordinária pauta de ações a serem desenvolvidas, objetivando a modernização da agricultura brasileira e sua inserção no cenário internacional, tanto no nível legislativo, quanto no executivo e no dos agentes privados.

Compromisso público

Daí extraiu-se uma bela plataforma. A idéia é submetê-la aos partidos políticos em cada estado e verificar que candidatos se disporiam a assinar um compromisso público de apoio. É evidente que em tempo de eleição todo mundo vai querer assinar tal documento, com vistas ao apoio para suas campanhas. Nesse caso, as organizações de classe do setor, articuladas e integradas, definiriam que candidatos em cada estado deveriam ser apoiados, segundo cinco critérios básicos:

• Pluralidade partidária – É preciso ficar claro que não existe fisiologismo partidário ou preconceito ideológico.

• Densidade eleitoral – Não basta ser uma pessoa decente e honrada. É preciso que tenha votos.

• Representatividade setorial – Todos os setores do agribusiness precisariam ser igualmente representados, bem como os diversos segmentos da produção rural.

• Representatividade regional – Em cada estado, a cobertura geográfica é importante, para não concentrar candidatos de uma mesma área.

• Testemunho anterior de compromisso com o setor – Isso elimina o pára-quedista. Só serão apoiados os candidatos que já revelaram em sua vida privada ou pública uma ação pró-ativa em favor do agribusiness.

O ideal é termos um máximo de cinco a seis candidatos em cada estado, em busca da eleição de três ou quatro.

Não é muito fácil a articulação, porque cada segmento tem já um certo número de ligações. Mas a idéia é que os setores todos apóiem este núcleo central de cinco ou seis, ainda que possam apoiar outros candidatos.

E o apoio deverá ser transparentemente colocado dentro do maior respeito à legislação vigente. Esta é a prioridade número um para as entidades de classe trabalharem em 1998. Só uma boa representação política nos garantirá as reformas indispensáveis. Já foi o tempo em que não nos lembrávamos em quem votamos nas últimas eleições. Não dá mais para votar no candidato do primo do vizinho do cunhado do dono do cachorro.

Vamos aproveitar esta chance para mudar o Brasil. Até porque ela é a prova dos nove de que nossas cabeças também mudaram, e para melhor.

Engenheiro agrônomo, professor do Departamento de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal e presidente da Aliança Cooperativa Internacional.

Coordenador do setor privado no FNA; vice-presidente da Abag e presidente da Aliança Cooperativa Internacional.

ENSAIO

O caso do algodão

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE
MARCELO JOSÉ BRAGA NONNENBERG

Acompanhando o comportamento das importações, inclusive as financiadas, no período 1992/97, com foco nos resultados de 1997 para os principais produtos agrícolas, vemos que o aumento impressionante da produção de algodão no ano agrícola 1997/98 pode ser atribuído à MP 1.569.

Acompanhando o comportamento das importações, inclusive as financiadas, no período 1992/97, com foco nos resultados de 1997 para os principais produtos agrícolas, vemos que se pode atribuir o aumento impressionante da produção de algodão no ano agrícola 1997/98 à MP 1.569. Em março de 1997, preocupado com o ritmo de crescimento das importações, o governo editou a MP, visando restringir o financiamento externo das importações, apontado, àquela altura, como um dos responsáveis pelo crescimento das compras externas do Brasil. Segundo a MP, as operações que dispunham de financiamento de prazo inferior a 180 dias deveriam ser pagas à vista; no caso daquelas contempladas com financiamentos entre 180 e 360 dias, a operação de câmbio teria que ser liquidada seis meses antes do prazo do financiamento. Já as importações que obtivessem financiamento de prazo superior a 360 dias não seriam afetadas. O objetivo evidente era melhorar o desempenho cambial das importações, não apenas reduzindo o montante global como também elevando o prazo médio de pagamento (na medida em que ficava estabelecido um incentivo para financiamentos mais longos) com reflexo positivo sobre a conta de capital.

Apresentamos as informações sobre o comportamento das importações, segundo o prazo de pagamento, no período 1992-97, com foco nos resultados de 1997. Incluímos em particular as informações sobre os principais produtos agrícolas. O algodão teve sua produção aumentada de forma impressionante no ano agrícola 1997/98, e isso